

Cineclubes: uma forma alternativa de ver cinema em Portugal.

Ana Catarina Pereira¹

Resumo: Estão espalhados por todo o país e são grandes responsáveis pela descentralização da cultura em Portugal. Aos fiéis espectadores que vão mantendo, os cineclubes mostram os clássicos de Chaplin, Godard, Fellini, Manoel de Oliveira ou João César Monteiro, ao lado dos mais recentes êxitos de bilheteira ou de ciclos temáticos que apeteçam ver do primeiro ao último filme. Para além disso, levam o cinema às escolas e vão desenvolvendo um apurado sentido estético nos espectadores mais jovens. A história do movimento cineclubista em Portugal é antiga, sendo o momento presente pautado por momentos difíceis.

Palavras-chave: Cineclube, português, alternativa, descentralização, financiamento.

Abstract: Film clubs scattered throughout the country are largely responsible for the decentralization of culture in Portugal. Faithful film-club audiences watch the classics—Chaplin, Godard, Fellini, Manoel de Oliveira and João César Monteiro, recent blockbusters, or thematic cycles—which whet the audience's interest throughout the season. By making cinema accessible to schools, film-clubs develop an esthetic sense in the younger ones. Despite their long history in Portugal, film-clubs currently face difficult times.

Key words: film-club, Portuguese, alternative, decentralization, financing.

Cineclubes: uma forma alternativa de ver cinema em Portugal.

Ana Catarina Pereira

Do ponto de vista académico, muito pouco tem sido estudado acerca da história do movimento cineclubista em Portugal. Paulo Granja, investigador do centro Ceis-20, da Universidade de Coimbra, constitui uma das poucas excepções ao defender, em 2006, a sua tese de mestrado sob o título *As origens do movimento dos cineclubes em Portugal 1924—55*.

Nas primeiras páginas pode ler-se como tudo começou:

A 23 de Março de 1946, eram levadas a cabo, em Lisboa e no Porto, duas sessões cinematográficas com características pouco comuns às das sessões das salas de cinema comerciais. Na sede da revista *Cinema de Amadores*, em Lisboa, era exibido o filme *Metropolis*, de Fritz Lang (1927), precedido da projecção de dois filmes de cinema de amadores e da leitura de uma palestra do crítico de cinema Augusto Fraga, intitulada '*Metropolis*' uma obra-prima de Fritz Lang e do Cinema alemão; enquanto isso, no salão de festas do grupo recreativo Os Modestos, no Porto, era exibido o filme *Faust*, de F.W. Murnau (1926), precedido pela projecção de três filmes de cinema de amadores e por uma palestra do crítico Manuel de Azevedo, em que este dissertaria 'sobre o papel do Cine-Clube, por cuja existência se manifest[aria] defensor entusiasta'. Tratavam-se das primeiras sessões cinematográficas do BC e do CPC, da Parede e do Porto, respectivamente. (Granja, 2006: 13)

Paulo Granja relembra ainda que, na palestra inaugural do CPC (Clube Português de Cinematografia/Cineclubes do Porto), Manuel de Azevedo, constatava que já existia um público numeroso que frequentava o cinema e o apreciava como uma manifestação de arte e um elemento de cultura. Esse público poderia finalmente reunir-se num verdadeiro grupo de amigos do cinema, cujas finalidades Azevedo enunciava do seguinte modo: "Promover a exibição dos melhores filmes, especialmente daqueles que, por não oferecerem interesse comercial, dificilmente serão proporcionados ao público conhecedor; realizar palestras culturais, editar obras de divulgação, promover, enfim, a



propaganda metódica, inteligente, da cinematografia como elemento de cultura e recreio dos mais poderosos, sugestivos e acessíveis” (Granja, 2006: 13).

Segundo o investigador, o movimento cineclubista, enquanto conjunto de cineclubes minimamente articulados ou com objectivos comuns, surgiu em finais dos anos 40 do século passado. Até então, como sublinha, apenas tinham existido tentativas esporádicas e muito efémeras de constituição de cineclubes, quase todas ignorando experiências anteriores ou outros clubes já existentes no país. O movimento começaria a desenvolver-se na sequência da criação da Federação Internacional de Cineclubes, em 1947, cujo encontro inaugural contou também com a participação de Manuel

de Azevedo, em representação de três dos quatro cineclubes então existentes em Portugal: o Clube Português de Cinematografia (CPC), do Porto, o Círculo de Cultura Cinematográfica, de Coimbra, e o Círculo de Cinema, de Lisboa.

Terá sido a partir daí que, a nível nacional, se começou a defender o desenvolvimento de uma rede de clubes de cinema. Recorde-se no entanto que, a comissão de censura instituída em 1945, exercia uma forte repressão. Como relembra Lauro António, todos os filmes, para serem então legalmente projectados, necessitavam de uma “licença de exibição”, que só era passada depois de apresentado o “visto de censura”. O esquema, relembra o autor,

institucionalizado em 1948, cobria legalmente todo o território nacional: “Cinema nas grandes escolas, nas vilas ou aldeias, nos ambulantes, em 16 ou 35 milímetros, ultimamente mesmo em formatos amadores (8 e super 8), em todo o lado que um filme fosse exibido era necessário apresentar uma ‘Licença de Exibição’” (António, 1978: 19). O Decreto-Lei nº 2027, de 18 de Fevereiro de 1948, explicitava, no artigo 4º: “A exibição em Portugal de qualquer filme destinado à exploração comercial depende da licença da Inspeção dos Espectáculos, a qual pressupõe o visto da Comissão de Censura.”

Poucos anos depois, em Agosto de 1955, quando se realiza o I Encontro de Cineclubes, existiam já 15 em Portugal (sendo que, como reforça o investigador, vários tinham sido entretanto fechados pela PIDE – Polícia Internacional e de Defesa do Estado - ou por pressão das autoridades locais).

Em termos de programação, foi desde sempre privilegiado um cinema “artístico” que, devido ao seu reduzido interesse comercial, era exibido durante pouco tempo nas salas de cinema (não chegando sequer às cidades mais pequenas e do interior). Em entrevista concedida por *e-mail*, Paulo Granja revela-nos que:

A maioria, para não dizer a quase totalidade dos filmes exibidos pelos cineclubes, encontravam-se, salvo raras excepções, disponíveis no circuito comercial. Tratava-se sobretudo, no imediato pós-guerra, de filmes europeus, nomeadamente franceses (os chamados ‘filmes de resistência’), ingleses (da chamada ‘escola documentarista britânica’) e, um pouco mais tarde, do chamado cinema neo-realista italiano (ou pelo menos o que a censura deixava que fosse visto).

A regularidade da exibição dependia de algumas variáveis, como a própria localização geográfica dos cineclubes, a facilidade de obtenção de filmes, os meios disponíveis para os alugar, a obtenção de uma sala de exibição e o número de sócios inscritos. No entanto, o investigador considera que o objectivo não declarado seria o de conseguir exhibir, pelo menos, um filme por semana. Para além deste, os seus respectivos fundadores partilhavam um ideal romântico e progressista que os fazia acreditar na capacidade do cinema

transformar a consciência de cada um, induzindo à luta por uma sociedade mais justa. De um ponto de vista pragmático, esperavam que o facto de assistir a bom cinema levasse o espectador a pressionar produtores, realizadores e exibidores a apostarem num cinema de elevada qualidade artística.

Quanto às relações dos cineclubes com o regime ditatorial que então vigorava no país, Paulo Granja considera que estas foram sempre difíceis:

Antes de mais, deveria parecer estranho ao conservadorismo típico das autoridades que grupos de cidadãos, muitas vezes com formação superior, se quissem organizar para ver e dar a ver o que eles encaravam como simples entretenimento, como se de arte ou cultura se tratasse. O facto de muitos dos dirigentes serem, como se diria então, ‘desafectos ao regime/à situação’, ou mesmo suspeitos de terem ligações ao Partido Comunista Português (na realidade, muitos dos fundadores dos primeiros cineclubes eram simpatizantes ou mesmo militantes do PCP), terá aumentado ainda mais as suspeitas do Estado Novo.

As primeiras repressões dos cineclubes deram-se, como sublinha o investigador, em 1947, por ocasião da vaga repressiva mais vasta que o regime levaria a cabo entre Março e Maio de 1947 contra o MUDJ (Movimento de Unidade Democrática Juvenil). Vários cineclubistas já tinham sido referenciados pela PIDE por participarem em iniciativas ou assinarem petições deste movimento. Dois cineclubes - o Círculo de Cultura Cinematográfica (Coimbra) e o Círculo de Cinema (Lisboa) - seriam então extintos e muitos dos seus principais dirigentes presos.

Em 1948 apenas o Centro Português de Cinematografia, entretanto fundido com o Cineclube do Porto, sobrevivia. Já na sequência do I Encontro de Cineclubes, em Agosto de 1955, meios conservadores próximos do regime lançariam uma verdadeira campanha de difamação do movimento, identificando-o como um simples meio de propaganda da ideologia comunista, supostamente controlado a partir de Moscovo: “No entanto, ao arrepio do que as autoridades esperavam, esta campanha serviria apenas para reforçar o espírito de coesão e auto-determinação dos cineclubes existentes, tendo-se

mesmo verificado um aumento do número de sócios e de cineclubes criados entre 1955 e 1958”, afirma o investigador.

Para Paulo Granja, o papel dos cineclubes foi extremamente importante na divulgação da cultura cinematográfica em Portugal, não apenas pelas exposições, palestras e críticas que acompanhavam as sessões, mas também pelas inúmeras rubricas sobre cinema que muitos cineclubes mantinham em jornais regionais e rádios locais. No entanto, o maior ganho cultural registrar-se-ia, segundo o investigador, a outros níveis: “Julgo que o contributo mais importante dos cineclubes terá sido o de legitimar o cinema como arte em Portugal.” Na sua opinião, o facto de tanto escreverem e falarem sobre cinema como se de uma arte se tratasse, os cineclubes acabaram por forçar o reconhecimento dos mais conservadores e do próprio regime: “Se o esforço dos cineclubes não tivesse sido realizado, provavelmente, nem a Fundação Calouste Gulbenkian apoiaria a realização cinematográfica nos anos 60, nem o regime criaria o Instituto Português de Cinema, em finais da mesma década. Sem o esforço dos cineclubes na década de 50 a história do cinema em Portugal teria sido consideravelmente diferente”, conclui Paulo Granja.

Quase 30 anos mais tarde, em 1978, é dado outro importante passo na consagração deste movimento, com a fundação da Federação Portuguesa de Cineclubes (FPCC), enquanto estrutura representativa dos cineclubes nacionais. A Federação passa assim a ser representante legal dos seus associados, no país e no estrangeiro. Actualmente, a FPCC conta com a inscrição de 32 cineclubes, estando em curso a inserção de mais dois. Estima-se no entanto que existam cerca de outros dez não associados. Segundo Rita Freitas, Presidente da Federação, dos 34 cineclubes que estarão brevemente registados, 27 têm actividade regular.

Membro de pleno direito da Federação Internacional de Cineclubes, a FPCC participa activamente nas suas actividades, nomeadamente na definição de estratégias, projectos e indicação de representantes portugueses em júris de festivais internacionais. A promoção do cinema português, dentro e fora do país, é também um dos seus objectivos. Como sublinha Rita Freitas, a FPCC

organiza regularmente acções de formação e promoção da cultura cinematográfica, seminários e colaborações com outras entidades. Para além disso, presta apoio à criação de novos cineclubes, é responsável pela edição da revista *Cinema* e organiza anualmente o Encontro Nacional de Cineclubes: “Existe ainda uma colaboração directa com os cineclubes nos seus projectos, promovendo e divulgando as actividades e sessões regulares de exibição dos associados a nível nacional”, acrescenta a presidente da federação.

Encontrando-se assim elaborada uma breve resenha da história dos cineclubes em Portugal, e chegados a esta fase da presente investigação, considerou-se fundamental recolher os depoimentos de alguns dirigentes de cineclubes nacionais. Os testemunhos que, em seguida, resumimos são representativos dos êxitos e dificuldades por que passam muitas destas associações.

A magia do cinema no “berço da Nação”

Começando pela zona Norte, em Guimarães, encontramos um dos cineclubes com maior número de espectadores do país, de acordo com dados oficiais do ICA (Instituto do Cinema e do Audiovisual). Em 2009 rondaram os 5.500 espectadores, embora Carlos Mesquita, presidente do cineclube, assegure que foram mais do que o triplo: “Esse erro na contabilização não se passa só connosco, mas com todos os cineclubes. O ICA apenas contabiliza os espectadores dos filmes que passamos com o apoio deles, mas nós passamos muitos mais.”

Na cidade historicamente considerada o “berço da Nação”, vivem actualmente 52 mil habitantes. Para além de outros números, o Cineclube de Guimarães (CCG) orgulha-se de ter mais de 1.100 sócios que mensalmente colaboram com uma quota de 3,5 euros, com acesso gratuito a todas as sessões programadas. Segundo Carlos Mesquita, “o segredo deste sucesso está relacionado com o facto de o CCG estar implantado numa cidade que não se degradou comunitariamente.” Em termos comparativos, o presidente da direcção afirma: “O associativismo em grandes cidades, como Lisboa, é mais

difícil, porque as pessoas moram na periferia e estão distantes do centro. Por outro lado, o CCG nunca parou e aposta muito na divulgação da sua programação.”

Como sublinha o presidente, este é um dos poucos cineclubes do país que ainda mantém sessões de cinema ao ar livre durante o mês de Agosto (escapando igualmente à contabilidade referida). “Cinema em noites de Verão” é o auspicioso nome (com assumidas influências de Bergman, Shakespeare e Woodie Allen) destes ciclos que já se realizam há mais de 22 anos, sem qualquer interrupção. Debaixo de um tecto de estrelas, são apresentados 11 filmes nas noites de terça, quarta e quinta-feira, com uma média de 500 espectadores por sessão.

Durante os restantes dias do ano, Carlos Mesquita afirma que exibem oito a dez filmes por mês. Fundado em 1958, o cineclube privilegia actualmente dois tipos de programação distintas: uma recente, com filmes que poderão também fazer também parte do circuito comercial; e outra dedicada aos clássicos ou à “memória do cinema”. A primeira é exibida no Grande Auditório do Centro Cultural Vila Flor, às quintas-feiras e domingos, sendo que a selecção dos filmes não tem qualquer relação entre si. Os clássicos, pelo contrário, são exibidos dentro de ciclos temáticos, às terças-feiras no Pequeno Auditório do mesmo centro cultural. Por aí já passaram ciclos dedicados às divas do cinema, aos filmes esquecidos, a grandes actores e aos grandes mestres.

Para além destas sessões, o CCG promove ainda outras actividades paralelas, como cursos de fotografia ministrados em laboratório próprio, e um trabalho editorial denominado *Cadernos de Imagens*, com retratos que não se centram na parte turística da cidade, mas nas próprias pessoas que nela trabalham e vivem. Pensando na população mais jovem do concelho, “levam” ainda o cinema às escolas, tendo em conta um pedido especial dos professores: “Os filmes têm que ter qualidade, mas também têm que ser acessíveis”, sublinha Carlos Mesquita. Assim, as obras seleccionadas abordam

sobretudo temáticas ligadas à imigração, ao racismo e à história, de forma a passarem uma mensagem social importante aos alunos que assistem.

O Cineclube de Joane

Outro cineclube com uma actividade constante situa-se a poucos quilómetros de Guimarães. Para falarmos do caso particular de Joane começamos no entanto por recuar no tempo. Há doze anos, no Verão quente de 1998, fez-se história numa pequena vila do Norte de Portugal, com menos de oito mil habitantes. Era então inaugurado o Cineclube de Joane (CCJ), contrariando o cepticismo daqueles que não acreditavam no seu futuro. Para Vítor Ribeiro, o presidente da direcção, o segredo para a manutenção de um cineclube numa localidade de tão reduzida dimensão prende-se com o facto de o próprio sempre ter extravasado a vila de Joane, tendo sido representativo, desde o seu início, de todo o concelho de Famalicão. Para além disso, mantém um significativo número de espectadores regulares dos concelhos limítrofes, como Braga, Guimarães, Barcelos, Vila do Conde e Porto.

Actualmente, promovem uma média de dez sessões mensais. Como o presidente da direcção explica, as sessões regulares decorrem às quintas-feiras na Casa das Artes de Famalicão. No entanto, devido à programação de ciclos e da rubrica *Já Não Há Cinéfilos?!* (ciclos temáticos que percorrem a história do cinema e os seus autores) são regularmente exibidas mais seis a sete sessões mensais, no mesmo auditório. Para além destas, o cineclube organiza também sessões regulares na Casa do Professor de Braga.

Na opinião de Vítor Ribeiro, o que melhor define o cineclube que dirige é a promoção do cinema como arte maior: “Exibimos e promovemos cinema de autor das mais variadas latitudes. Exploramos toda a história do cinema, dando um particular destaque ao cinema português e ao género documentário. Pretendemos, com tudo o que isso tem de obsessivo, abraçar todo o cinema.” Para além da exibição de filmes, o cineclube desenvolve ainda outro tipo de actividades, como a promoção de *masterclasses*, ciclos e debates sobre realizadores, correntes e temáticas diversas. Este ano (2010), já promoveram

ciclos dedicados a Marguerite Duras, Paul Schrader, Agnès Varda, John Ford e Rolling Stones. Durante os meses de Verão será ainda desenvolvida a rubrica *Cinema Paraíso*, com projecções ao ar livre e de forma itinerante por todo o concelho.

Paralelamente, o CCJ tem desenvolvido um trabalho contínuo com as escolas do conselho, promovendo sessões para alunos desde o primeiro ciclo ao ensino secundário, na rubrica *Cinema Para as Escolas*. Apesar da diversidade de programação, o presidente do cineclubes considera que poderiam desenvolver uma actividade ainda mais intensa caso dispusessem de um maior apoio financeiro, sobretudo por parte do ICA: “Para que, por exemplo, uma actividade como o *Cinema para as Escolas* pudesse ter uma maior presença e resultado, o cineclubes deveria poder contratar pessoas a tempo inteiro para dinamizar uma actividade diária e constante com os alunos.”

Em entrevista concedida por *e-mail*, Vítor Ribeiro considera ainda que, para além do baixo orçamento disponível, outra das dificuldades conjunturais com que os membros da direcção do cineclubes se debatem traduz-se num certo alheamento que o público manifesta pelas salas de cinema, sobretudo as que se situam fora dos *multiplex* (complexo com várias salas de pequena lotação). Na sua opinião, “o público deveria ser sensibilizado para as diferenças gritantes entre uma sessão em sala e uma sessão caseira de DVD ou, em muitas situações, com recurso a cópias de fraquíssima qualidade obtidas através de *downloads* ilegais da internet.”

Um apelo lançado às autoridades e aos agentes culturais, subscrito por diversos membros das direcções dos cineclubes nacionais.

Cineclubes do Porto

Fundado em 1945, este é o cineclubes mais antigo do país. Numa fase recente, enfrentou graves problemas financeiros e logísticos, que obrigaram a uma paragem de quatro anos (2005 a 2009), apesar de, oficialmente, apenas ter conhecido seis meses de inactividade. Não obstante, entre os novos membros da direcção reina o optimismo, suscitado por uma imensa vontade

dos portuenses voltarem a ter sessões de cinema que fujam à programação dos circuitos comerciais. Pela frente têm dois obstáculos difíceis de transpor: incertezas quanto à sede e uma dívida de 50 mil euros ao ICA.

Em entrevista também concedida por *e-mail*, o recém-eleito presidente, José António Cunha, reflectiu sobre tudo o que se tem feito nos últimos meses para dar nova vida ao Cineclube do Porto – ou Clube Português de Cinematografia (CPC/CCP), uma vez que também pretendem reciclar a antiga denominação do clube. Para começar todo o processo de angariação de novos associados, bem como a recuperação dos antigos, lançaram a campanha *Vote Cineclube do Porto* que tem como centro o site: www.votecineclubedoporto.org. O objectivo é reafirmar o compromisso dos cidadãos e instituições com o projecto, de duas formas: uma simbólica, que terá lugar em zonas estratégicas da cidade como a Baixa, e que consiste em deixar-se fotografar com os materiais gráficos da campanha; e outra efectiva, que se concretiza na inscrição dos associados.

Não sendo possível usar a sala de projecção da sede, pelo avançado estado de degradação em que se encontra, o cineclube deverá recorrer a uma das salas de cinema do Porto para as sessões quinzenais que tencionam apresentar (Passos Manuel, Nun'Álvares e pequeno auditório do Rivoli são as hipóteses mais prováveis). Entre os objectivos imediatos está também a inventariação, em suporte digital, do acervo do clube que, para além de cerca de 90 filmes em vários suportes, inclui livros, fotografias e cartazes.

Quanto à programação, José António Cunha afirma que darão primazia total a um cinema que aceite o papel do espectador na construção das histórias: “Os espectadores não são, nem têm por que ser, sempre passivos. O cinema não é, nem tem por que ser, sempre de ficção.” Segundo o presidente da direcção, o CPC-CCP pretende exhibir filmes que, de alguma forma, marquem o espectador e que não possam vistos no sofá da sala, de comando na mão:

Se, uma semana depois de ter ido ao cinema, o espectador não se lembra do que viu, então não experimentou cinema, só passou o tempo. Nós vamos

mostrar filmes aos quais, por alguma razão, não conseguimos ficar indiferentes, seja porque nos inquietam, nos perturbam ou nos fazem sentir seres extraordinários. Será cinema alemão, com a mesma naturalidade que será polaco, francês, americano ou brasileiro. Será um filme clássico, como poderá ser um filme independente. Será uma grande produção, como poderá ser uma produção de baixo custo.

Paralelamente, a nova direcção pretende ainda estimular a formação em cinema (com oficinas de iniciação e formações complementares) e criar um centro de documentação e investigação que sirva de ponto de encontro entre o público e os investigadores. Em simultâneo, o CPC-CCP pretende dar continuidade a projectos de produção cinematográfica, constituindo-se como espaço de laboratório para novos realizadores. Por último, existe ainda um núcleo de trabalho que tem como objectivo desenvolver projectos internacionais que integrem as restantes áreas, procurando parcerias com entidades nacionais e estrangeiras, projectando a actividade cinematográfica portuguesa noutros países e servindo como *interface* de entrada de outras cinematografias em Portugal.

Cinema ao centro, em Viseu

Descendo no mapa em direcção a Sul, encontramos outro dos cineclubes mais activos do país. Fundado em 1955, teve como primeira sessão o filme *Passaporte para o paraíso* (Henry Cornelius, 1949). Desde então, os viseenses já puderam assistir no grande ecrã a inúmeros outros clássicos, como *Aurora* (F.W. Murnau, 1927), *Douro, faina fluvial* (Manoel de Oliveira, 1931) ou *Citizen Kane* (Orson Welles, 1941). Nas palavras da actual direcção “o Cineclube de Viseu (CCV) foi um pólo de animação cultural de relevo em períodos de adormecimento cultural da cidade.” O presidente, Rodrigo Francisco, defende que, numa cidade do interior, com cerca de 54.000 habitantes, a programação independente de cinema ultrapassa a relevância artística, e reveste-se de uma importância social particular: “No fundo, procuramos que o cinema

desempenhe um papel fundamental no conhecimento e na auto-estima de uma região, contrariando os factores de exclusão e isolamento.”

Com sede no centro histórico de Viseu, onde está também instalada a biblioteca e o arquivo, o CCV realiza sessões semanais nos auditórios Mirita Casimiro, da Casa-Museu de Almeida Moreira e do Instituto Português da Juventude. Em termos de programação, o presidente do cineclube afirma que privilegiam essencialmente os ciclos de cinema temáticos e por autores, permitindo a criação de espaços de abordagem e discussão particulares à volta dos filmes. Estes, garante, “são escolhidos pela sua importância estética, temática, artística ou social, e não em função do retorno de bilheteira que possam ter.” Desta forma, o CCV exhibe filmes de todas as regiões do globo, incluindo clássicos, experimentais, narrativos ou não-narrativos, realizados por novos autores ou por autores consagrados. Feitas as contas, a programação traduz-se na estreia, em média, de 30 filmes por ano.

Para Rodrigo Francisco, o papel do CCV em particular e dos cineclubes em geral é fundamental no que diz respeito à criação de alternativas cinéfilas e culturais, “Como noutras cidades do país, todas as salas de cinema de Viseu são de um só exibidor. Isto cria uma situação de monopólio da exibição, que é comum a Portugal e aos países do leste europeu, o que confere especial relevância à actividade dos exibidores independentes que, de certa forma, garantem algum respeito pela diversidade de oferta que o mercado deve assegurar.”

Pensando nas lacunas existentes na formação educativa, o CCV concebeu também um projecto de intervenção na comunidade escolar, na tentativa de criar alternativas e complementos aos currículos. O projecto *Cinema para as Escolas*, realizado anualmente desde 1999, já ultrapassou os 20 mil participantes, tendo estado presente em 23 dos 24 concelhos do distrito. Para além disso, as exposições, os cursos de formação e os concursos são uma constante, envolvendo teatro, artes plásticas, música e fotografia.

Em termos de financiamento, Rodrigo Francisco afirma que o CCV vai sobrevivendo com 30 por cento do orçamento proveniente de receitas próprias (associados, inscrições em actividades, vendas de projectos, prestações de serviços), e os restantes 70 por cento de apoios de diversas instituições públicas. Segundo afirma, ao contrário de todos os outros sectores de actividade cultural, a exibição independente e a formação de públicos para o cinema e audiovisual não são alvo de contratos plurianuais de financiamento da parte do Estado, o que condiciona a sua capacidade de organização a médio e longo prazo.

Na Beira Interior as dificuldades vencem o espírito voluntário

Em Portugal existem também alguns cineclubes associados a universidades públicas. É o caso do Cineclube da Universidade de Évora e do inactivo Cineclube da Beira Interior, da universidade homónima, na Covilhã. Próxima da Serra da Estrela, entre as capitais de distrito Guarda e Castelo Branco, a cidade que viveu essencialmente da indústria têxtil até meados dos anos 50, e que chegou a ser conhecida como Manchester Portuguesa, tem hoje cerca de 55 mil habitantes.

Fundado em 1988, o Cineclube da Beira Interior teve Jeanete Novais como sua última directora, tendo o seu mandato terminado no ano lectivo de 2008/2009. A presente inactividade prolonga-se, oficialmente, há mais de um ano, apesar de já não se agendar qualquer tipo de programação desde 2007. Segundo a própria, a situação justifica-se pelas inúmeras divergências com a Câmara Municipal da Covilhã, que cedia a sala para as projecções: “para os responsáveis pelo pelouro da cultura o reduzido número de espectadores não justificava o empréstimo e a abertura da mesma.”

Apesar de não ser propositadamente direccionado a um público universitário, mas antes à população em geral, a antiga presidente admite que, de uma forma natural, esse afunilamento acabou por se concretizar, uma vez que a maioria dos membros da direcção eram professores e alunos ligados ao curso de cinema da universidade. Na sua opinião, o que tem conduzido à

inactividade do cineclube, para além do facto de não ser possível exhibir em sala, é a própria falta de público e de interessados em dirigir a associação: “Numa palavra—desmotivação. É desmotivante exhibir um filme para três ou quatro espectadores. E, sem motivação, este trabalho voluntário torna-se difícil de realizar. Aliado a um aumento de público, seriam necessárias uma direcção jovem e dinâmica e uma cooperação maior entre as instituições políticas e a cultura.”

Consciente da importância do papel dos cineclubes na descentralização dos bens culturais, Jeanete de Novais afirma-se reticente quando lhe perguntamos se considera necessário que a Covilhã volte a ter uma associação deste tipo: “É uma pergunta difícil. Temos uma falta de público muito grande... Teriam de ser repensadas estratégias de captação e de formação de público.” Por enquanto, sublinha que os alunos da universidade criaram uma alternativa interna—o núcleo de cinema Eye-eye, com uma exibição temática e semanal que suprime as necessidades criadas pela ausência do cineclube: “Neste momento não me parece fundamental a existência de um cineclube. De certo modo o núcleo actua como um cineclube universitário”, conclui a antiga presidente da direcção.

O cinema como paixão na cidade onde tudo acontece

Em Lisboa, encontramos o cineclube com maior número de espectadores contabilizados pelo ICA, em 2009. No ano passado foram realizadas 131 sessões, com um total de 7.015 espectadores. Com o encerramento do Cinema Quarteto (onde se exibiam filmes de 35mm), as sessões semanais realizam-se agora no Auditório João Hogan - A Voz do Operário (projeções nos formatos 16mm e digital), aos sábados, com programa duplo inserido no mesmo ciclo, às 16h00 e às 18h30. As iniciativas especiais, em parceria, decorrem no Cinema São Jorge, na Cinemateca Portuguesa, no Teatro da Trindade e nos Auditórios do Goethe-Institut, Instituto Cervantes e Sociedade Portuguesa de Autores.

Para Manuel Neves, presidente da direcção, a programação do ABC é distinta da realizada pelos restantes cineclubes do interior do país, onde, na sua opinião, raramente chega o cinema de qualidade e de autor estreado em Lisboa. Assim sendo, privilegiam a importação de filmes inéditos ou há muito retirados do circuito comercial, mediante acordos de cooperação com institutos de cultura estrangeiros e embaixadas ou através da recuperação, relativamente às distribuidoras comerciais, de obras “esquecidas”. O recurso à Cinemateca Portuguesa é também uma hipótese, ainda que limitada, bem como a filмотecas (35mm ou 16mm) e mediatecas (digital), estranhas ao circuito comercial e detentoras de títulos importantes. Por último, podem ainda recorrer à obtenção de licença de exibição junto de editoras de DVD: “Em suma, o nosso cineclube está empenhado em constituir-se como centro de exibição do cinema de autor, tanto quanto possível alheio à subsidiariedade das estratégias dominantes, quer das estruturas comerciais, quer dos próprios modismos em voga (festivais e outras manifestações de índole mais comercial do que cultural)”, afirma Manuel Neves.

Fundado em 1950, o ABC desenvolveu uma importante actividade cultural que extravasava o cinema, durante o período do Estado Novo, organizando colóquios e seminários (sobre temas tão variados como artes, ciência, economia e história), encontros com intelectuais e artistas, exposições, concertos, visitas guiadas a museus, cursos de fotografia, de história da pintura, de teatro, de banda desenhada ou de marionetas. Actualmente, a vasta oferta cultural da capital restringe o cineclube à divulgação da sétima arte.

No Algarve, um cineclube que depende da boa vontade de estranhos

Em Faro, encontramos uma presidente da direcção do cineclube com um sentido de humor vagamente inglês. Às dificuldades que diariamente enfrentam para manter a actividade, Anabela Moutinho responde com doses equilibradas de ironia e pragmatismo. Assim, quando a questionamos sobre como pensam resolver o problema de não terem sala própria para exibirem os filmes seleccionados, a presidente cita uma frase do filme *Um eléctrico chamado desejo* (Elia Kazan, 1951): “*Always depending on the kindness of strangers*”.

Como nos explica, o cineclube organiza invariavelmente uma sessão semanal, sendo que por vezes poderão ser duas, três, ou mesmo um ciclo que se estenda pelos sete dias da semana. Onde são exibidos? Em vários espaços da cidade, em parceria com o Teatro Municipal de Faro, o Instituto Português da Juventude e outros centros culturais espalhados por todo o Algarve. Sublinhe-se que esta é a capital distrital e que no concelho residem 58.300 habitantes.

Quanto às maiores dificuldades com que se deparam em termos de programação e de agendamento das actividades, Anabela Moutinho mantém o registo: “A Cinemateca Portuguesa é uma miragem longínqua, algures numa rua Barata Salgueiro, a dezenas de milhares de quilómetros de distância, numa cidade, ao que parece, chamada Lisboa.” As burocracias e obstáculos colocados pelo Museu do Cinema para o empréstimo de películas dificultam assim, no dizer da presidente, o contacto dos espectadores do resto do país com os filmes de que dispõem. Mas a enumeração continua: “Em termos de regras da distribuição comercial, são privilegiados os *multiplex* e o respectivo circuito. Só depois é que os filmes são alugados a preços exorbitantes aos cineclubes, o que faz com nos cheguem com dois ou três meses de atraso face à data de estreia, e muitos já em más condições técnicas.”

Inaugurado em 1956, o Cineclube de Faro (CCF) tem privilegiado desde então uma programação que Anabela Moutinho define como “alternativa, de qualidade e assumidamente artística”. Os géneros são variados, incluindo curtas e longas-metragens de ficção, animação e documentários, mas sobretudo de origem europeia, com especial destaque para o cinema português. Em Faro, todos os filmes são antecidos por uma apresentação crítica a cargo de um dos membros da direcção do cineclube, criando um espaço de debate ou tertúlia que motiva os espectadores. Para além disso, é também regularmente promovida a vinda de realizadores, bem como acções de formação, *workshops* ou congressos. À semelhança do que acontece em Guimarães, Joane e Viseu, o CCF promove ainda um encontro entre o cinema e as escolas, exposições e espectáculos musicais para acompanhamento de ciclos, e a edição de catálogos, livros, video-clips e CDs.

Entre as principais fontes de receita do Cineclube de Faro, Anabela Moutinho afirma que se encontram as quotas dos sócios (3 euros mensais), as entradas dos sócios nas sessões (1 euro) e as entradas de não-sócios (3,5 euros), o que equivale a 35 por cento. O ICA e a Câmara Municipal suportam as restantes despesas. Quanto ao perfil do cineclubista de Faro, a presidente define-o como “fiel, assíduo, pontual, paciente, compreensivo e heterogéneo na sua homogeneidade”. Etariamente, estão presentes duas faixas dominantes: dos 22 aos 30 anos e acima dos 40.

Portugal insular também se deixou contagiar pelo movimento cineclubista

No arquipélago dos Açores dois cineclubes mantêm actividade regular: Ponta Delgada (ilha de São Miguel) e Horta (ilha do Faial). Este último, fundado há apenas sete anos, tem como principal objectivo, segundo os membros da sua direcção, a divulgação do cinema português de qualidade. Logo no dia da sua inauguração, a 24 de Janeiro de 2003, iniciaram uma mostra que incluiu 15 filmes portugueses. *Respirar (debaixo d'água)*, de António Ferreira (2000) deu o mote. Seguiram-se outras longas e curtas-metragens, entre as quais se encontravam *Vai e Vem* (João César Monteiro, 2003), *A raiz do coração* (Paulo Rocha, 2000), *Rio Vermelho e Rasganço* (Raquel Freire, 1999 e 2001), *Menos Nove* (Rita Nunes, 1997) e *Porto da Minha Infância* (Manoel de Oliveira, 2001): “Na altura, foi um começo arrojado e ambicioso para o Cineclube da Horta, mas marcou também a nossa intenção”, relembra Luís Alberto Pereira, presidente da direcção.

Sete anos passados, o cineclube organiza uma sessão semanal, a par de outras exhibições em ciclos específicos. Em termos de programação, privilegiam um cinema alternativo, de autor e independente: “Seleccionamos sobretudo cinema europeu”, refere o presidente “mas também damos atenção às novas tendências do cinema independente, dos países de Leste, América do Sul e Ásia.” A programação mensal é apresentada na sala do Cine Teatro Faialense (o único da ilha), enquanto a restante actividade de exibição (ciclos, exhibições pontuais,...) é realizada alternadamente no auditório da Biblioteca Pública da

Horta, no auditório da Escola Secundária Dr. Manuel de Arriaga ou em outras salas de colectividades locais.

Ainda segundo Luís Alberto Pereira, o perfil do cineclubista da Horta é essencialmente urbano, com cerca de 40 anos de idade e formação superior: “É importante considerar este aspecto no contexto social da ilha do Faial, que tem uma população envelhecida, constituída por cerca de 15 mil habitantes. Destes, os que participam nos eventos do cineclube são maioritariamente pessoas de fora da ilha que, por razões profissionais ou familiares, se encontram aqui a residir. Note-se ainda que o cinema só regressou à ilha do Faial há cerca de seis anos, depois de quase 20 de ausência”.

Em termos de programação, Luís Alberto Pereira assume que a maior dificuldade se prende precisamente com a insularidade: “Este factor dificulta o transporte dos filmes, que tem que ser feito por avião, bem como o agendamento dos mesmos. Isto encarece tremendamente toda a actividade de exibição, o que dificulta sobremaneira a manutenção da nossa programação regular.” Paralelamente, o presidente do cineclube sublinha que não têm, da parte das instituições públicas, a compensação que considera merecida pelo trabalho que desenvolvem: “o sector público local, e até mesmo regional, não entende a cultura como um bem essencial e, conseqüentemente, não apoia as actividades nessa medida.” Apesar dos constrangimentos, a direcção recebeu recentemente a boa notícia da aprovação do processo que lhes consagrou o estatuto de Instituição de Utilidade Pública, pelo que têm podido recorrer ao Mecenato.

Na opinião de Luís Alberto Pereira, o Cineclube da Horta, como todos os restantes do país, realiza um trabalho fundamental na divulgação do cinema português: “No caso particular do Cineclube da Horta, consideramos ainda que desempenhamos um papel muito importante para o desenvolvimento cultural da comunidade onde nos inserimos.” Para além das exibições semanais, têm também apostado, nos últimos dois anos, na formação e na realização de oficinas de cinema. Colaboram ainda com outras organizações na dinamização de eventos artísticos, com componente cinematográfica, musical ou literária.

Na área da produção, organizam desde há cinco anos um dos mais conceituados festivais portugueses de cinema: o Festival de Cinema dos Açores (Faial Filmes Fest) - Azores Short Film Festival. O projecto de realização de um festival de curtas-metragens sempre esteve, segundo Luís Alberto Pereira, na lista de objectivos do Cineclube da Horta, desde a sua fundação: “A sua concretização tornou-se óbvia em 2005, quando realizámos uma mostra de filmes produzidos localmente, que teve grande êxito junto do público e que nos fez perceber que existia aqui um potencial para o cinema que merecia ser estimulado e desenvolvido. Da mostra passou-se, no ano seguinte, a concurso, e daí em diante o festival tem vindo sempre a crescer, quer em termos de qualidade e quantidade dos filmes a concurso, quer em termos de público e de actividades paralelas. Neste momento é o evento cinematográfico de maior relevo nos Açores e um dos eventos mais importantes no conjunto das actividades culturais que se realizam anualmente na ilha do Faial”, sublinha o director com indisfarçável (e justificado) orgulho.

Para este ano, Luís Alberto Pereira garante que as expectativas são as maiores e as melhores. O evento irá decorrer entre os dias 31 de Outubro e 7 de Novembro. Tendo como tema central a lusofonia, as inscrições encontram-se abertas a todos os membros da CPLP (Comunidade de Países de Língua Portuguesa), sendo que a direcção do cineclube espera que este seja um evento rico, diversificado e multicultural.

Em jeito de conclusão, sublinhamos que é desta forma que, mais de cinquenta anos passados sobre o início da sua história, os cineclubes mantêm o mesmo esforço de divulgação cultural e os ideais românticos dos primeiros tempos. Uma alternativa cinematográfica em Portugal, sobretudo para aqueles que vivem longe dos grandes centros. Dificuldades económicas e logísticas à parte, os cineclubes vão sobrevivendo e mostrando cada vez mais e melhor cinema a espectadores de todas as idades.

Bibliografia

António, Lauro (1978), *Cinema e Censura em Portugal*, Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.

Granja, Paulo (2006), *As origens do movimento dos cineclubes em Portugal: 1924 – 55*,
Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Pina, Luís de (1986), *História do Cinema Português*, Mem Martins: Edições Europa-América.

Siglas utilizadas

FPCC – Federação Portuguesa de Cineclubes

ICA – Instituto do Cinema e do Audiovisual

CCG – Cineclube de Guimarães

CCJ – Cineclube de Joane

CPC/CCP – Clube Português de Cinematografia / Cineclube do Porto

CCV – Cineclube de Viseu

CCBI – Cineclube da Beira Interior

CCF – Cineclube de Faro

CCH – Cineclube da Horta

Testemunhos recolhidos

Paulo Granja: investigador do CEIS-20, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Rita Freitas: presidente da FPCC

Carlos Mesquita: presidente da direcção do CCG

Vítor Ribeiro: presidente da direcção do CCJ

José António Cunha: presidente da direcção do CPC/CCP

Rodrigo Francisco: presidente da direcção do CCV

Jeanete de Novais: ex-presidente da direcção do CCBI

Manuel Neves: presidente da direcção do ABC Cineclube

Anabela Moutinho: presidente da direcção do CCF

Luís Pereira: presidente da direcção do CCH

¹ Licenciada em Ciências da Comunicação pela Universidade Nova de Lisboa e mestre em Jornalismo pela Universidade da Beira Interior. Aluna de doutoramento na Universidade da Beira Interior; investigadora do Labcom, a realizar uma tese sobre “Teorias feministas do cinema aplicadas ao caso português”; e jornalista freelancer. E-mail: anacatarinapereira4@gmail.com